

MAPA DO

CAMINHO

PARA A COP 26



QUESTÕES CHAVE PARA JORNALISTAS

29 DE OUTUBRO DE 2021

Realização:



carta de belém
grupo

Apoio:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

MAPA DO CAMINHO PARA A COP 26 QUESTÕES CHAVE PARA JORNALISTAS

Realização:

Grupo Carta de Belém

Apoio:

Fundação Heinrich Böll

Conteúdo:

Camila Moreno, Hilton Lucas, Maureen Santos,
Thomas Traumann, Tatiana Oliveira

Redação:

Luna Gámez

Revisão:

Mariana Pontes e Caroline Ferraz

Projeto Gráfico:

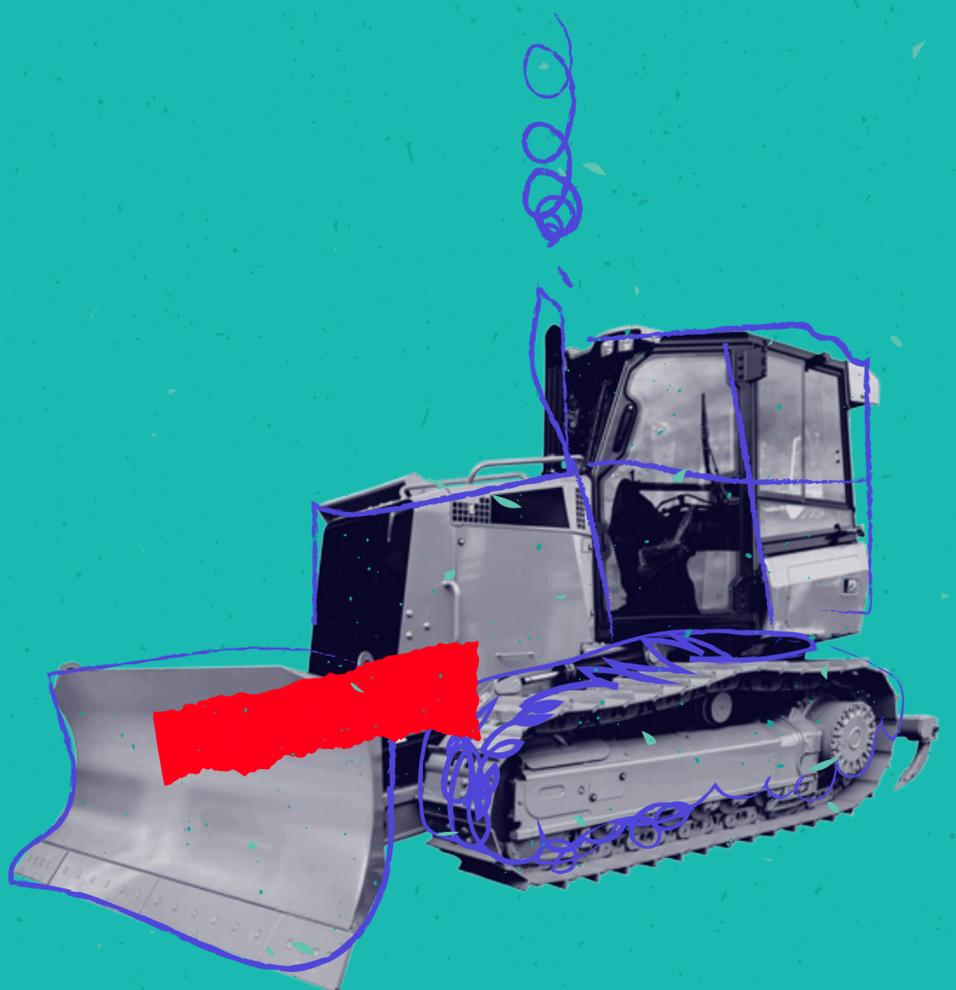
Studio Cactus CC

29 de outubro de 2021



SUMÁRIO

Introdução	4
O que essa COP tem de diferente das outras?.....	5
O que está em jogo na COP 26?	8
O que é o mercado de carbono e por que dizemos que este mecanismo é uma licença para poluição.....	14
O uso das florestas frente o desmonte socio-ambiental no governo Bolsonaro	17
Como povos e comunidades tradicionais estão vendo essa COP 26?.....	21
Sobre o Grupo Carta de Belém (GCB).....	24
Lista de porta-vozes e contatos para a COP 26.....	25
Manifesto Rumo à COP 26.....	29



INTRODUÇÃO

A 26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 26) terá lugar entre 31 de outubro e 12 de novembro em Glasgow, no Reino Unido, e promete ser um momento histórico para decidir o rumo das estratégias contra a mudança climática. O eixo central de financiamento à adaptação e mitigação no combate do aquecimento global que, até agora, estava nas mãos dos Estados mediante políticas públicas, poderia se deslocar e ceder protagonismo às iniciativas privadas, a depender das discussões levadas a cabo no evento.

Nenhuma COP é banal, mas a COP 26 será decisiva para o futuro climático: além da aguardada finalização do livro de regras do Acordo de Paris (2015), para que os países possam iniciar a fase de implementação de seus compromissos, a atual agenda climática coloca sobre a mesa temas de financiamento, adaptação e limitação do aquecimento global em 1.5°C, com o mercado de carbono como pano de fundo. Uma falsa solução para a crise climática ou, como afirmou a ativista sueca Greta Thunberg na Conferência dos Jovens Pelo Clima no final de setembro, mais um reflexo das “promessas vazias, palavras bonitas” que orbitam em torno dos discursos oficiais sobre o clima. Este material apresenta argumentos e uma visão crítica sobre o que está por trás do “blá blá blá” das negociações climáticas globais.

O QUE ESSA COP TEM DE DIFERENTE DAS OUTRAS?

As propostas das agendas climáticas e os compromissos políticos aparentemente parecem concluídos, mas continuam rodando “como uma pedra jogada no rio que vai se multiplicando”, segundo a imagem empregada pelo jornalista Thomas Traumann.

Principais diferenciais da COP 26:

- Grande risco de consolidar mecanismos de greenwashing
- Aumento da participação do setor privado nas negociações
- Reemergência dos EUA como protagonista no debate climático
- Posições polêmicas em relação aos pontos pendentes de resolução do Acordo de Paris (2015)

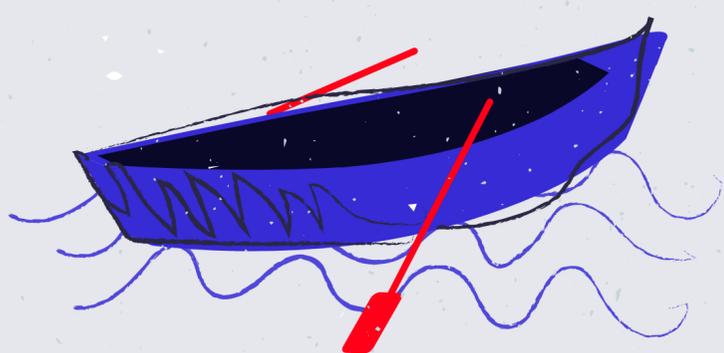
Além da polêmica sobre a estruturação do mercado de carbono, essa COP 26 poderia se tornar um dos maiores trampolins para o greenwashing tanto na esfera privada -com as mal

chamadas 'soluções da natureza'- como na pública -com as disputas partidárias pelo protagonismo político-. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pretende reconquistar seu lugar de líder no discurso de luta contra a mudança climática depois do desmonte ambiental provocado pelo ex-presidente Donald Trump. Mesmo se a maioria da cobertura internacional das mídias na COP estiver focada nas promessas estadunidenses, o caminho para Biden se apresenta sinuoso.

O governo brasileiro também pretende se servir do cenário da COP 26 para tentar limpar sua imagem internacional, prometendo uma melhora nas suas políticas ambientais depois da troca do Ministro do Meio Ambiente. No entanto, o país se tornou um pária internacional em matéria de ação climática e há muita desconfiança em torno das suas ações. Negacionista climático e com orgulho de ser politicamente incorreto, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, tem conseguido criar discordância com alguns dos seus homólogos como os da Noruega e da Alemanha, principais doadores do Fundo Amazônia, e que vem sistematicamente sendo desmontado desde a gestão de Ricardo Salles. Frente a este cenário, os governadores dos estados criaram um consórcio de negociação para tentar recuperar eles mesmos o repasse de fundos para projetos socioambientais, o que, segundo compreendem,

Ihes traria vantagens para a campanha política de 2022.

O setor privado também está fortemente mobilizado: uma coalizão de empresas, de que participam, por exemplo, Vale, JBS, Natura ou Havaianas, estará presente nas negociações da COP 26. Pretendem anunciar compromissos climáticos de forma independente ao governo brasileiro. No entanto, e segundo Traumann, as empresas por si só não podem dar garantias reais de responsabilidade ambiental e social. Além disso, é preciso ficar claro que a UNFCCC é um foro intergovernamental, cujo poder de decisão e veto se restringe aos países que fazem parte do Acordo de Paris. Por isso, no âmbito da Convenção do Clima, quem assume compromissos vinculados ao Acordo são Estados, através das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). São eles os que precisam levar o timão do processo de implementação das medidas de mitigação e adaptação climáticas. Nesse sentido, os compromissos dos governos são fundamentais, assim como a vontade política para adotar metas reais e regular as ações de enfrentamento da crise climática no país provenientes de outros atores.



O QUE ESTÁ EM JOGO NA COP 26?

O objetivo oficial da COP 26 é fechar o Livro de Regras do Acordo de Paris em temas ainda pendentes: o **artigo 13** sobre transparência, o **marco temporal (time frame)** das Contribuições Pretendidas Nacionalmente Determinadas (NDCs) e o **artigo 6** sobre mecanismos de mercado e não mercado para permitir a flexibilização das metas NDCs.

O **artigo 13 sobre compromissos de transparência** estabelece responsabilidades comuns porém diferenciadas. Ele exige que os países signatários reportem seus inventários de emissões de gases de efeito estufa e prestem contas da implementação das suas NDCs e das ajudas financeiras aos países vulneráveis que precisam de auxílio para concretizar ações de mitigação à mudança do clima. No entanto, o formato, o conteúdo e a periodicidade desses relatórios ainda não foram definidos.

O eixo central do Acordo de Paris e o principal artigo juridicamente vinculante é, justamente, a revisão das metas voluntárias a cada cinco anos. A maioria dos países apresentaram suas NDCs em 2015/2016 e atualizaram seus compromissos de renovação entre 2020/2021. A questão é

que, furando o Acordo, a maioria das Partes anunciaram sua revisão das NDCs somente para 2030 e não 2025. Isso sinaliza uma possível mudança do **marco temporal** com uma revisão a cada dez anos em lugar de cinco, colocando uma incógnita sobre as intenções de contribuição dos países até 2050.

O tão famoso quanto polêmico **artigo 6** traz mecanismos que permitem flexibilizar os compromissos adquiridos nas NDCs e compensar as emissões com a compra e venda de créditos de carbono ou com projetos de desenvolvimento sustentável, que podem ou não envolver a aplicação de instrumentos de mercado. No caso dos mecanismos de mercado propostos, a polêmica é a flexibilização potencial dos compromissos assumidos pelos países nas NDCs (pouco ambiciosas desde o início da sua negociação). Ou seja, em lugar de reduzir efetivamente suas emissões de gases de efeito estufa, alguns países poderão comprar licenças para emitir além do pactuado e outros poderão vender créditos pelo fato de estarem estocando carbono nos seus territórios por meio de um mercado privado baseado em “Resultados de Mitigação Internacionalmente Transferidos” (ITMOs).

O ITMOS foi estabelecido no item 6.2 do Acordo. “Isso significa que resultados de redução de

emissões ou remoções de gases de efeito estufa da atmosfera ocorridos em um determinado país podem ser transferidos para outro, o qual poderá descontar da sua meta nacional”, defende Maureen Santos, Coordenadora do Grupo Nacional de Assessoria da FASE, professora do departamento de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Outra alternativa para compensar o excesso de emissões de GEE é com a implementação de projetos ambientais, chamados de “desenvolvimento sustentável”. A justificativa para isso é que este tipo de projeto seria eficaz para reduzir emissões em certos lugares ou para captar diretamente o carbono. Esta possibilidade está prevista no item 6.4 do artigo 6. Neste caso, os projetos podem vir de qualquer iniciativa privada sempre que estejam certificados e validados por um órgão superior constituído dentro do Acordo de Paris.

Um terceiro caminho, apresentado no item 6.8 do artigo 6, é a atenção às abordagens de não-mercado. Estas poderiam trazer algum benefício para iniciativas já em curso, tais como viabilizar a abordagem de REDD+, aprovada no Marco de Varsóvia. Parte do regime de clima, essas iniciativas abrem espaço para uma real “adicionalidade” aos compromissos voluntariamente assumidos, bem como para apoiar financeiramente os países e territórios do

Sul global que consigam diminuir as emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal. Além desta, há outras propostas para o 6.8 em curso. Em todo o caso, compreendemos que o artigo 6 estimula a redução de ambição dos países, já que a possibilidade da compensação flexibiliza as NDCs.

O que é “Adicionalidade”?

Adicionalidade consiste na redução de emissões ou no aumento de remoções de gases de efeito estufa, de forma “adicional”, isto é, além do que ocorreria nos cortes de emissões já comprometidos pelas NDCs.

Fora dos objetivos oficiais anunciados pela Conferência a presidência britânica da COP propõe um pacote de medidas, batizado como Glasgow Package. Este pacote é resultado de quatro agendas políticas para a COP, e pretende avançar em propostas para: atingir o objetivo de aumento máximo de temperatura aos 1.5 °C; apontar quais países deverão se engajar com os compromissos de financiamento global para o clima no valor

de 100 bilhões de dólares anuais, tal como o prometido desde a COP 15 de Copenhague; apresentar objetivos de adaptação e um olhar mais profundo sobre perdas e danos, assim como na transição setorial para implementar o artigo 6 e o conceito Net Zero.

O que está em jogo na COP 26?

Artigo 13 sobre compromissos de transparência: responsabilidades comuns porém diferenciadas; prestação de contas sobre balanços de emissões, NDCs e ajudas aos países vulneráveis.

Desafios: formato, conteúdo ou periodicidade desses relatórios ainda não foram definidos.

Possível mudança do **marco temporal (time frame)** com uma revisão a cada dez anos em lugar de cinco, como foi acordado em Paris, colocando uma incógnita sobre as intenções de contribuição dos países de aqui a 2050.

Artigo 6 sobre mecanismos para permitir a flexibilização das metas NDCs mediante:

- **6.2** Estabelecimento de um mercado de créditos de carbono baseado em “Resultados de Mitigação Internacionalmente Transferidos” (ITMOs) entre países.
- **6.4** Implementação de projetos ambientais privados de “desenvolvimento sustentável” para compensar emissões.
- **6.8** Abordagens para compensar emissões fora do mercado, como o programa REDD+.

Negociação do pacote de medidas **Glasgow Package**, paralelo a agenda oficial da COP, com objetivos como aumento máximo de temperatura aos 1.5 °C, pagamento de compromissos de financiamento global para o clima de 100 bilhões de dólares anuais, medidas de adaptação para perdas e danos, assim como transição setorial para implementar o artigo 6 e o conceito Net Zero.

O QUE É O MERCADO DE CARBONO E POR QUE DIZEMOS QUE ESTE MECANISMO É UMA LICENÇA PARA POLUIÇÃO

A proposta que pretende estruturar os mercados de carbono não é uma novidade para a agenda internacional sobre as mudanças climáticas: uma série de mecanismos associados a esse tipo de crédito já vigorava desde o Protocolo de Kyoto. No entanto, o artigo 6 do livro de regras do Acordo de Paris (2015) pretende regular no âmbito da convenção um mercado privado (6.4) e ao mesmo tempo, possibilitar a troca de créditos de emissões entre os países que fazem parte do Acordo de Paris (6.2). Não existe, ainda, estrutura de governança definida para este tipo de comércio. Há, no entanto, grande preocupação em conceder cada vez mais capacidade de decisão e ação a bancos, empresas e outros atores privados do setor financeiro para controlar a crise climática.

Em suma, encontrar soluções ao aquecimento global pode se tornar um negócio nas mãos de atores privados que defendem mecanismos como o mercado de carbono, que já tem se mostrado ineficaz para reduzir as emissões além de ser

profundamente desigual, pois faz a entrega de uma licença de poluição a quem pode pagar e relega aos territórios mais empobrecidos o papel de sumidouros de carbono com o risco de apagar os direitos territoriais das populações rurais, tradicionais e trabalhadoras. O mercado de carbono é um incentivo para compensar as emissões e não para reduzi-las. Nesse cenário, os agentes econômicos poluidores com poder de compra de créditos podem continuar com suas práticas predatórias e poluidoras em detrimento dos territórios e populações menos industrializados, o que representa uma responsabilidade climática completamente desigual.



Mercado de carbono é um mecanismo climático que gera desigualdades:

- O mercado de carbono é um incentivo para compensar o excedente de emissões mas não reduzi-las.
- Esse intercâmbio financeiro relega aos países do Sul global o papel de sumidouros de carbono com o risco de apagar os direitos territoriais das populações rurais, tradicionais e trabalhadoras.
- Os mecanismos financeiros criados para compensar as emissões de GEE representam um processo histórico de reconfiguração da racionalidade capitalista, com uma nova reengenharia global da economia em nome do clima.
- A natureza não pode ser transformada em capital natural, mercantilizada e financeirizada.
- O debate de clima não se reduz a questões técnicas ou novas oportunidades de financiamento – insere-se na sociedade, em relações de poder, econômicas, políticas, contextos históricos, relações de classe e em correlações de forças.

O USO DAS FLORESTAS FRENTE O DESMONTES SOCIOAMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO

Será realmente possível que os humanos possam governar o clima e controlar politicamente os efeitos climáticos não desejados? A solução vai muito além de uma transição climática tecnocrática, das soluções baseadas na natureza e de acordos de emissões líquidas (Net Zero) que não são mais do que armadilhas da COP. A luta contra o aquecimento global se constrói na relação intrínseca entre a transição verde e a transição digital, “uma não existe sem a outra”, segundo explica Camila Moreno, pesquisadora da Humboldt University (Alemanha) e membro do Grupo Carta de Belém.

Enquanto a União Europeia, a partir da sua proposta de Green Deal de 2020, vem discutindo como sair dos combustíveis fósseis e fazer com que uma transição verde encaixe nos esquemas do capitalismo, o Brasil vai atrelando de forma lenta, mas eficiente, sua revolução verde à digital. Também no Brasil, cada vez menos emissões brasileiras provêm da indústria, pois a maioria são resultado das mudanças de uso da terra.

Conforme as propostas internacionais de Soluções Baseada na Natureza (NBS, em inglês), a forma de sequestrar o carbono cada vez mais é dependente da transformação dos sistemas alimentares e florestais dos territórios do Sul global.

Se o desmonte ambiental provocado pelo governo de Bolsonaro é nítido, as empresas privadas não têm cessado de investir no remonte da revolução verde e digital: grandes investimentos de capital para comprar terras para construir hidrovias e outras infraestruturas sujeitas de greenwashing, fabricação em massa de chips para colocar no gado ou desenvolvimento de um mercado de patentes e outras tecnologias agrícolas cada vez maior. Enquanto os países do Sul vinculam sua economia à transição verde, os países do Norte se enriquecem com a fabricação destas tecnologias, a maioria delas apresentadas em espaços das COPs que estão se tornando verdadeiras feiras de negócios.

- As Soluções Baseadas na Natureza, como mercado de carbono e Net Zero, são as novas armadilhas da negociação climática internacional.
- O conceito de emissões líquidas (Net Zero) serve para medir o balanço de emissões de cada país ou empresa

depois de remover as emissões ou compensar o excedente mediante o mercado de carbono. O Net Zero joga para longe a possibilidade de pensar ações reais no curto prazo e a compensação flexibiliza ainda mais as NDCs, implicando uma menor ambição dos países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e frear as mudanças climáticas.

- A terra e as florestas se tornam esperanças de redução de emissões globais ao preço de uma estagnação industrial e de relegar da natureza ao plano de sumidouro de carbono.
- A transição global deve ser justa, não basta com emitir um papel financeiro sobre o valor da biodiversidade ou de uma tonelada de carbono. É preciso garantir empregos e direitos.

Empresas e bancos se apresentam como salvadores do clima e a terra e as florestas se tornam as esperanças de redução de emissões globais ao preço de uma estagnação industrial e uma relegação da natureza ao plano de sumidouro de carbono. A transição global deve ser justa, não basta com emitir

um papel financeiro sobre o valor da biodiversidade ou de uma tonelada de carbono. “O Brasil precisa ter a coragem de pensar projetos independentes que não estejam atrelados a essa governança internacional”, defende Moreno. É preciso garantir empregos e direitos.

A transição climática que finge ser tecnocrática, científica e sem ideologia favorece o mercado financeiro e a privatização de políticas públicas. O dinheiro destinado à luta contra a mudança climática poderia passar a se obter, majoritariamente, de créditos de carbono ou de projetos de ‘desenvolvimento sustentável’ de empresas, em detrimento das políticas públicas e da responsabilidade global dos Estados signatários dos acordos climáticos.



COMO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS ESTÃO VENDO ESSA COP 26?

A preparação da COP 26 vem sendo permeada de críticas tanto no seu formato, quanto na sua ambição. A Conferência está sendo realizada durante a pandemia do Covid-19, o que limita a participação social e, segundo as leis britânicas, obriga representantes de alguns países a passarem por quarentena. Há sérias polêmicas ligadas à adoção de novos instrumentos de mercado sem levar em consideração as vozes e alternativas dos povos e comunidades tradicionais, os mais impactados e os que mais contribuem com a conservação ambiental.

Muitas conversas têm sido feitas a propósito da preparação para a COP 26. Em geral, os debates giram em torno dos planos de mitigação para os efeitos das mudanças climáticas ou, ainda, da parceria entre governos e empresas para viabilizar o esforço climático das sociedades. No entanto, há pouco ou nenhum espaço para as vozes de povos e territórios, que reproduzem, no seu cotidiano, a sociobiodiversidade, e, assim, ajudam a preservar o meio ambiente e a dignidade humana de

indivíduos e comunidades que vivem numa relação de interdependência com a natureza. Por isso, o Grupo Carta de Belém defende que as negociações climáticas da COP 26 não podem ser representativas nem eficientes sem considerar a visão dos povos.

Povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas produzem diariamente soluções para o conjunto de crises que atravessam as suas vidas e marcam a história recente do país. Para que isso seja possível, “são essenciais a demarcação de terras e a regularização fundiária, que estão sob intenso ataque Brasil”, defende Hilton Lucas da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O engenho humano deve ser empregado, não para o domínio, e sim para a coexistência com a natureza, mas **é importante construir políticas públicas que beneficiem quem já protege a floresta em pé** por meio de soluções eficazes tais como: a agroecologia, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a regularização fundiária de territórios extrativistas e a implantação de planos de gestão territorial e ambiental que reforçam a comunalidade e a autonomia dos povos, práticas ancestrais de conservação ambiental e economias populares e solidárias.

O fato de que essas tecnologias sociais ficam apagadas nas discussões mostra que esse jogo não se limita a uma preocupação com o meio ambiente ou com a vida humana na terra. Não se combate a destruição da natureza e as desigualdades a ela associadas por meio da privatização e da financeirização da vida e dos territórios. É propaganda verde (greenwashing), que esconde a poluição de setores poderosos e faz subir o preço das ações das empresas. Por isso, em defesa do clima e em aliança com os povos que habitam as florestas, dizemos que os mercados de carbono são uma falsa solução. Eles não garantem a integridade ambiental e levam a importantes violações de direitos.



SOBRE O GRUPO CARTA DE BELEM (GCB)

O GCB é uma rede de articulação de movimentos sociais e sindicais, organizações não-governamentais e pesquisadoras/es que atuam na defesa dos direitos à terra e territoriais e socioambientais de povos e comunidades tradicionais, camponesas e populações periféricas das cidades, frente às crises ambiental e climática.

Formado em 2009 a partir de um processo que culminou num seminário em Belém, o Grupo estabelece uma visão crítica às falsas soluções de mercado e aos processos de financeirização da natureza apresentados pela economia verde. Vem incidindo, no âmbito nacional e internacional, sobre os marcos legais e as políticas sobre clima, florestas, usos da terra e biodiversidade, como também promove formações com e de lideranças comunitárias e movimentos sociais do campo e da cidade.

E-mail: cartadebelem@gmail.com

Site: <https://www.cartadebelem.org.br/>

Instagram: <https://www.instagram.com/grupocartadebelem/>

Twitter: <https://twitter.com/CartaDeBelem>

Facebook: <https://www.facebook.com/grupocartadebelem/>

GRUPO CARTA DE BELEM (GCB) LISTA DE PORTA-VOZES

Maureen Santos

(Estará en Glasgow)

Coordenadora do Grupo Nacional de Assessoria da FASE, membro do Grupo Carta de Belém e professora do dept. de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Organização: FASE

Especialidade: Artigo 6; florestas, agricultura, REDD+, Net Zero

E-mail: maureensantos@fase.org.br

WhatsApp: +55 21 98869-5323

Camila Moreno

(Estará en Glasgow)

Pesquisadora da Humboldt University (Alemanha) e membro do Grupo Carta de Belém. É coautora do livro A Métrica do Carbono: Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico.

Organização: Grupo Carta de Belém

Especialidade: Descarbonização e transição verde

E-mail: cc_moreno@yahoo.com

WhatsApp: +49 1523 8765848

Tatiana Oliveira

Assessora política do Inesc, pesquisadora associada ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e membro do Grupo Carta de Belém Atua nos temas gênero, meio ambiente e infraestrutura na Amazônia.

Organização: INESC

Especialidade: Artigo 6, Net Zero

E-mail: tatiana@inesc.org.br

WhatsApp: +55 21 98082-2370

Marcela Vecchione

Professora Doutora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e membro do Grupo Carta de Belém. Monitora o financiamento ao desenvolvimento relacionado à política internacional de regulação, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Organização: NAEA-UFPA

Especialidade: Amazônia, Governança socioambiental no Brasil, Finanças Sustentáveis

E-mail: marcela.vecchione@gmail.com

WhatsApp: +55 91 8941-8561



Larissa Packer

Advogada socioambiental e mestre em Filosofia do Direito e membro do Grupo Carta de Belém. Trabalha com monitoramento dos impactos da cadeia global agroalimentar no acesso a terra, biodiversidade e soberania alimentar na América Latina na organização internacional GRAIN.

Organização: GRAIN

Especialidade: Net zero; Nature Based Solutions; NBS; Mercado e titularidade do carbono; Digitalização da terra e cadeia agroalimentar e estratégia farm to forks

E-mail: packerlissa@gmail.com

WhatsApp: +55 21 98399-2260

Daniel Machado Gaio

(Estará en Glasgow)

Sociólogo e Secretário Nacional de Meio Ambiente da CUT Brasil. Representa a Central na agenda socioambiental e clima nacional e internacionalmente, tendo foco na transição justa.

Organização: CUT

Especialidade: Transição justa, condições de trabalho e emprego

E-mail: daniel@cut.org.br

WhatsApp: +55 61 9935-1342

Luz Adriana González

(Estará en Glasgow)

Socióloga, assessora da Secretaria Nacional de Meio Ambiente da CUT Brasil e membro do Grupo Carta de Belém. Acompanha as negociações a partir dos espaços sindicais, tendo foco na transição justa.

Organização: CUT

Especialidade: Transição justa, condições de trabalho e emprego.

E-mail: luz@cut.org.br

WhatsApp: +55 11 96363-0334

Pedro Martins

Coordenador do Programa Amazônia da Terra de Direitos, organização de Direitos Humanos. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela UFPA. Atua nas áreas de Direitos Étnicos e Direitos Humanos.

Organização: Terra de Direitos

Especialidade: Programa Adote um Parque; Florestas

E-mail: pedro@terradedireitos.org

WhatsApp: +55 93 9174-1708

Assessoria de imprensa

Adriana Silva - adrianasilva.conteudo@gmail.com; cel e whatsapp: +55 (11) 98264-2364

Cláudio Nogueira - claudio@fase.org.br; cel e whatsapp: +55 (21) 99414-99-69

MANIFESTO RUMO À COP 26

Em nome do clima, avança a espoliação dos territórios

A 26^a. Conferência das Partes/COP 26 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climática/UNFCCC será realizada no início de novembro de 2021, em Glasgow, no Reino Unido.

Essa COP ocorrerá quando o mundo já vive os efeitos da emergência climática. A grande expectativa para Glasgow é a finalização do Livro de Regras do Acordo de Paris. Firmado em 2015, o Acordo aguarda a decisão sobre o famoso ‘Artigo 6’. Este artigo irá regular o papel dos mercados de carbono – e de transações envolvendo ‘resultados de mitigação’ – para atingir os objetivos de estabilização da temperatura do planeta.

No Brasil, os efeitos desta crise se somam às consequências socioambientais resultantes dos ataques aos direitos socioterritoriais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses. Assim como nas cidades, e principalmente nas periferias urbanas, com o povo empobrecido em regiões com infraestruturas precárias e sujeitas a eventos extremos, somada ao fim de políticas públicas de

combate à fome, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O desmonte da institucionalidade ambiental é notório, levando a recordes sucessivos de desmatamento e queimadas nos biomas brasileiros. A violência no campo e na floresta é também uma das maiores das últimas décadas.

Para salvar o clima, a obsessão nos mercados de carbono

Apesar dos fracassos dos mecanismos de mercados em produzir reduções reais de emissões em todo mundo, estes seguem sendo promovidos como a grande aposta estrutural para viabilizar a descarbonização e o objetivo de neutralidade climática.

Há duas décadas, a aposta nos mercados de carbono e nos mecanismos de compensação (offset) vêm sendo duramente criticadas pela sociedade civil como falsa solução à crise climática, assim como pelos impactos causados nos territórios do Sul Global que são submetidos à condição de sumidouros de carbono.

O atual contexto da Amazônia brasileira exige especial atenção pela paralisação das demarcações de Terras Indígenas e pela invasão de territórios de comunidades tradicionais, em especial, áreas de uso comum e territórios coletivos. Além disso, incêndios florestais se intensificam desde 2019, colocando em risco de desertificação regiões

ecológicas como a Amazônia, Pantanal e Cerrado brasileiro.

Mercado de carbono é licença de poluição. Por isso, entre os efeitos da sua implementação estão a expansão de atividades destrutivas nos campos da mineração, do extrativismo em escala industrial e queima de combustíveis fósseis (que podem ser compensadas/neutralizadas em outro lugar). No Brasil, tal racionalidade encontra-se refletida nos programas Adote um Parque e Floresta+ Carbono.

Portanto, considerando que essa COP 26 conta com as piores condições para a participação democrática na história das negociações climáticas, apoiamos a posição de ampla coalizão da sociedade civil que demanda o seu adiamento, até que se apresentem condições mais equânimes de participação.

Governança ambiental global e retomada verde pós-COVID: corporações e finanças no centro

Na nossa avaliação, esta não será apenas mais uma COP. A COP 26 pretende dar um passo definitivo para cristalizar a complexa arquitetura de governança ambiental global que vem sendo negociada há anos.

O último relatório do IPCC reforçou o tom da emergência climática e há urgência para um horizonte de recuperação econômica global e

retomada verde (Green Deal) pós-Covid, no qual a dinâmica motriz do novo ciclo econômico é guiada pelas estratégias combinadas de descarbonização e transformação digital da economia.

À arquitetura do clima se soma a Convenção de Diversidade Biológica (COP 16), que será realizada em Kunming, China, em abril/maio de 2022. Na ocasião, os países irão decidir sobre o Marco Global para Biodiversidade pós-2020, por meio de um plano estratégico até 2030, que conta com o objetivo de ampliar para 30% a superfície terrestre e marinha sob o regime de áreas protegidas/unidades de conservação.

Além disso, vem ganhando tração a problemática e muito criticada agenda movida pelas corporações. Trata-se da Cúpula dos Sistemas Alimentares, que foi organizada no âmbito das Nações Unidas e vem promovendo verdadeira transformação da governança dos sistemas alimentares globais.

Neste mesmo caminho vêm as propostas de Soluções Baseadas na Natureza (NbS, na sigla em inglês). Estas incluem, entre outros, a promoção de monoculturas de eucaliptos, agrocombustíveis e a aposta em transformar a agricultura numa grande oportunidade de mitigação em escala associada ao mercado de carbono de solos.

É nosso entendimento que as NbS fazem com que as ações de mitigação passem a depender

prioritariamente do acesso e o controle da terra, em um contexto no qual os mecanismos de governança territorial públicos estão cedendo lugar a lógicas privadas e privatizantes que acirram os conflitos de terra e a violência. A principal ameaça em curso contra territórios coletivos se dá através da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que vem promovendo e consolidando a grilagem digital de terras.

Neste cenário, vemos, ainda, atores como o FMI e Banco Mundial, com propostas de troca de dívida por ação climática (debt for climate/debt for nature swap). Note-se que dívidas privadas são garantidas pelos tesouros nacionais, gerando, assim, endividamento público.

Conseqüentemente, aprofundam desigualdades sociais e geram transferências massivas de renda dos pobres para os já muito ricos. Ambos os organismos se movimentam para apoiar a nova engenharia financeira que se diz ser necessária para viabilizar um novo pacto social verde (Green Deal), no qual programas de retomada e recuperação passam, entre outras coisas, pela emissão dos títulos verdes (green bonds). Dessa maneira, a terra e outros “ativos” ambientais (carbono, biodiversidade, etc) são transformados em garantias para títulos que são negociados no mercado financeiro.

Por que dizemos não à espoliação em nome do clima?

“Em nome do clima”, uma série de agendas e mecanismos atendem aos interesses de atores nacionais e internacionais e vêm causando impactos avassaladores na expropriação e espoliação de territórios, apropriação de recursos naturais, na violência real e simbólica sobre populações e modos de vida.

Ao mesmo tempo, a expansão do complexo agroindustrial brasileiro e as infraestruturas logísticas a ele associadas colocam na linha de frente os corpos e os territórios (físicos ou imaginados) de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, camponeses e agricultores familiares, de todos os biomas do Brasil.

Diante deste cenário e considerando o que a COP 26 representa na consolidação do regime de governança climática internacional, nós, organizações da sociedade civil brasileira, movimentos sociais, movimentos sindicais, entidades, fóruns, articulações e redes, ativistas, pesquisadores reunidos no Grupo Carta de Belém e demais organizações signatárias deste manifesto, vimos diante do público nacional e internacional afirmar que:

- O debate sobre o clima é irreduzível a

questões técnicas ou a novas oportunidades de financiamento: insere-se na organização da sociedade; nas relações de poder, econômicas e políticas; contextos históricos; relações de classe e em correlações de forças;

- Os mecanismos de mercado criados para a redução das emissões de gases de efeito estufa, representam um processo histórico de reconfiguração das formas de acumulação e promovem nova reengenharia global da economia em nome do clima.
- Somos contrários à introdução das florestas, ecossistemas e da agricultura em mecanismos de mercado de carbono e rechaçamos a promoção de instrumentos do mercado financeiro como meio prioritário para financiar a ação climática dos países.
- Denunciamos que o conceito muito popularizado de emissões líquidas zero (Net-zero) encobre mecanismos de compensação (offset) que perpetuam injustiças e atentam contra a integridade ambiental;
- Rechaçamos as novas dinâmicas de espoliação promovidas sob a alcunha de Soluções Baseadas na Natureza que criam novas cercas aos espaços de vida, reduzindo a “natureza” à prestadora de serviços para o proveito de empresas e mercados.

Por isso,

- Enfatizamos a defesa de um projeto político para a Amazônia, construído para e com os povos amazônidas, respeitando os seus modos de vida, criar e fazer.
- Afirmamos que soluções efetivas para redução das emissões dos gases de efeito estufa residem na demarcação de terras indígenas e quilombolas; e na defesa das terras coletivas e dos direitos territoriais;
- Defendemos o protagonismo dos povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses/as para a conservação dos territórios, da biodiversidade e dos bens comuns;
- Trabalhamos para o fortalecimento de iniciativas agroecológicas, que contribuem para a conservação da sociobiodiversidade, encurtamento dos circuitos de comercialização e a soberania alimentar.
- Consideramos que é preciso discutir amplamente o caminho para uma Transição Justa e Popular, conforme a qual uma economia mais integrada e consciente dos limites da natureza não acirre a já dramática situação de desemprego e restrição da renda de famílias da classe trabalhadora;

Por fim, denunciaremos o governo genocida de Jair Bolsonaro e questionamos a quem interessa fazer do Brasil um pária internacional, financiando e fortalecendo a destruição de conquistas históricas do Estado brasileiro e seu papel protagonista ao longo de décadas de negociação internacional.

Resistimos e somos contra à transformação da natureza em capital natural e à financeirização e privatização da natureza e dos bens comuns!

Continuaremos em luta, construindo e afirmando alternativas, defendendo nossos modos de vida!

Assinam:

1 Grupo Carta de Belém

2 Central Única dos Trabalhadores (CUT)

3 Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

4 Conselho Nacional das Populações Extrativista (CNS)

5 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

6 Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)

7 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

8 Marcha Mundial das Mulheres (MMM)

9 Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

10 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

11 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

12 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

13 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

14 Abong – Associação Brasileira de ONGs

15 Ágora de Habitantes da Terra (AHT-Brasil)

16 Aliança RECOs – Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras

17 Alternativas para pequena agricultura no Tocantins (APA-TO)

18 Amigos da Terra Brasil (ATBr)

19 Articulação Agro é Fogo (AéF)

20 Articulação de Mulheres Brasileiras Jaú-SP (AMB)

21 Coletivo Raízes do Baobá Jaú-SP

- 22 Articulação de mulheres do Amapá (AMA)
- 23 Articulação de Mulheres do Amazonas (AMA)
- 24 Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- 25 Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado (Pacari)
- 26 Articulação PomerBR
- 27 Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
- 28 AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
- 29 Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA)
- 30 Associação Agroecológica Tijupá (Tijupá)
- 31 Associação de Favelas de São José dos Campos SP (Afsjc)
- 32 Associação de Mulheres Agricultoras (AMACAMPO)
- 33 Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (AMAVIDA)
- 34 Associação Mundial de Comunicação Comunitária – Brasil (AMARC BRASIL)
- 35 Associação Solidariedade Libertadora área de Codó (ASSOLIB)

- 36 Campanha Antipetroleira Nem um poço a mais!
- 37 Cáritas Brasileira (CB)
- 38 CDDH Dom Tomás Balduino de MARAPÉ ES
- 39 Centro Dandara de Promotoras Legais Populares
- 40 Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac)
- 41 Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)
- 42 Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais (CACES)
- 43 Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)
- 44 Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo (CPCDDHPJ)
- 45 Centro Ecológico (CAE Ipê)
- 46 Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinho (CONFREM-Brasil)
- 47 Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- 48 Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA)

49 Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (CPCTP)

50 Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

51 Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)

52 Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

53 Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)

54 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA -AM)

55 Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

56 Defensores do planeta (DP)

57 Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)

58 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

59 Fundação Luterana de Diaconia (FLD)

60 Federação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado do Pará (FETAGRI-PA)

61 Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)

- 62 Fórum de mulheres do Araripe (FMA)
- 63 Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)
- 64 Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)
- 65 Fotógrafos pela democracia (FPD)
- 66 Fundo Dema
- 67 Greenpeace Brasil (GPBR)
- 68 Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (GEEMA)
- 69 Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica (GEPE-Front)
- 70 Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)
- 71 Guerreiras da Palhada
- 72 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
- 73 Instituto de Estudos da Complexidade (IEC)
- 74 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
- 75 Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania global (I.EQUIT)

- 76 Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)
- 77 IYALETA Pesquisa, Ciência e Humanidades
- 78 Justiça nos Trilhos
- 79 KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- 80 Marcha Mundial por Justiça Climática/ Marcha Mundial do Clima
- 81 Memorial Chico Mendes (MCM)
- 82 Movimento Baía Viva (Baía Viva – RJ)
- 83 Movimento brasileiro de Mulheres cegas e com baixa visão (MBMC)
- 84 Movimento Ciencia Cidadã (MCC)
- 85 Movimento Mulheres pela P@Z!
- 86 Movimento Negro Unificado-Nova Iguaçu (MNU-Nova Iguaçu)
- 87 Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo/ UEG (GWATÁ)
- 88 Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
- 89 Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Europeias e Parceiros Brasileiros (PAD)
- 90 Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)

91 Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama)

92 Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira
(Rede Pantaneira)

93 Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
(REARJ)

94 Rede de Educação Ambiental e Políticas
Públicas (REAPOP)

95 Rede de Mulheres Ambientistas da América
Latina – Elo Brasil (Red Mujeres)

96 Rede Feminista de Saude, Direitos Sexuais e
Direitos Reprodutivos

97 Rede Jubileu Sul Brasil

98 Sempreviva Organização Feminista (SOF)

99 Sindicato dos Docentes da UNIFESSPA
(SINDUNIFESSPA)

100 Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de
Janeiro (SBPRJ)

101 Terra de Direitos

